

Governo exigirá austeridade para ajudar a pagar dívida de estados

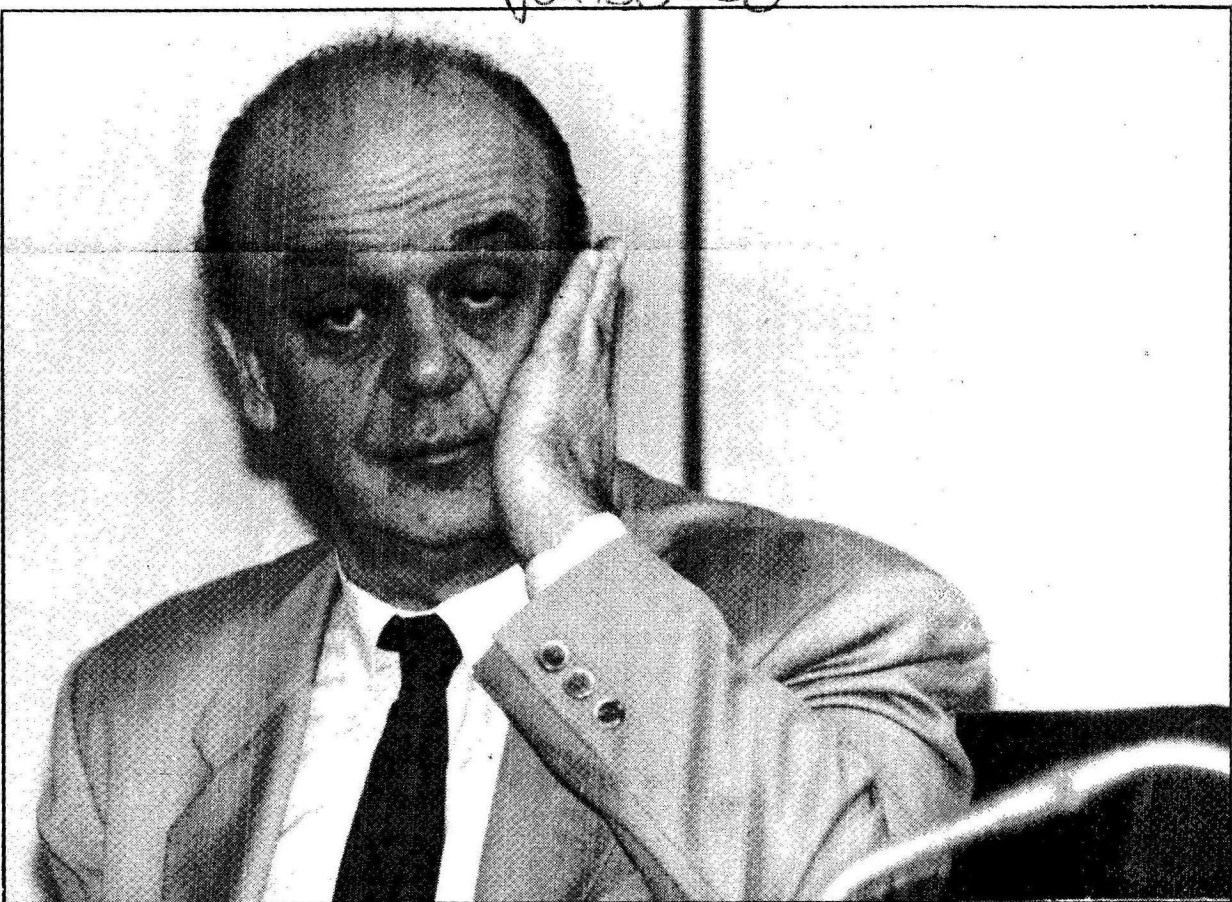
Ribeiro

Alan Marques

O Governo Federal vai exigir dos governadores uma contrapartida pela ajuda no pagamento da dívida: os estados deverão adotar um programa de ajuste em que ficarão proibidos de contratar funcionários e conceder aumentos salariais indiscriminados. O programa está sendo montado a partir dos problemas específicos de cada estado, mas é claramente inspirado na experiência brasileira com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, os governadores terão de aceitar a fixação de metas de desempenho e a garantia de que controlarão o déficit em suas contas. Além das rígidas regras para contratação de pessoal, também se comprometerão a não tomar novos empréstimos bancários ou mesmo recorrer à emissão de títulos para aumentar suas receitas. Qualquer dívida nova estará condicionada ao pagamento da parcela que for refinanciada, agora, com a autorização do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, comentou ontem as linhas gerais das negociações com os governadores, que envolvem também o ministro do Planejamento, José Serra. Parente insistiu que o programa de ajuste ainda está em discussão e que não substitui a reforma administrativa. “É um programa de transição. Não é uma alternativa à reforma”, disse.

Embora os termos do programa sejam gerais, haverá detalhes na negociação, dependendo de cada caso. Por exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além do elevado peso da folha salarial, estão sufocados



Serra: metas de desempenho incluem proibição de contratar funcionários e de elevar os salários

pela dívida mobiliária, contraída com a maciça emissão de títulos do governo estadual. Para estes casos, a reestruturação das contas envolve uma operação em que o Governo Federal assumirá parte desta dívida. “Não há hipótese de anistia”, garantiu Pedro Parente, rejeitando a tese dos governadores na defesa de que 30% da dívida mobiliária sejam perdoadas pelo Governo.

No caso dos estados com gastos com a folha além da disponibili-

dade de receita — Mato Grosso, Alagoas, Piauí e Maranhão —, o Governo decidiu socorrer com empréstimos da Caixa Econômica Federal. A CEF está emprestando um total de R\$ 130 milhões em condições bem mais suaves do que as que os estados estavam pagando aos bancos privados.

Enquanto os bancos cobram juros que variam de 4% a 10%, a Caixa Econômica refinanciou exigindo dos governadores apenas TR mais 0,5%, seguindo a orientação

do Ministério da Fazenda de que “os juros fossem os menores possíveis”. Pedro Parente justificou a concessão dos empréstimos de emergência e admitiu que também Sergipe reivindica um socorro financeiro ao Governo. O governador Albano Franco pediu alto: ele quer R\$ 80 milhões “para resolver o problema financeiro de Sergipe”. Albano disse que quer fazer um “bom governo”, mas reconheceu que desde que assumiu “só faz administrar pagamento de pessoal.

QUANTO DEVE CADA ESTADO

Em R\$ milhões

Estado	Mobiliária (em títulos)	ARO (bancos)
AL	—	111,3
BA	513,8	40,0
CE	68,1	—
ES	85,0	59,5
GO	488,1	—
MG	6.109,0	652,0
MS	190,1	54,0
MT	125,1	92,7
PA	—	93,0
PB	37,9	—
PI	—	25,0
PR	271,9	—
RJ	5.090,2	14,0
RS	4.548,2	130,0
SC	574,4	100,0
SE	136,7	44,2
SP	16.486,9	—
TO	—	18,0
Total:	34.725,91	503,7